

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	17
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	43
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	44

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	46
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Dividendo	17/04/2015	Ordinária		0,08690
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Dividendo	17/04/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	0,08690
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Dividendo	17/04/2015	Preferencial	Preferencial Classe C	0,08690
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	17/04/2015	Ordinária		0,09720
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	17/04/2015	Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	17/04/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	0,09720
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	17/04/2015	Preferencial	Preferencial Classe C	0,09720
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	17/04/2015	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.347.563	1.362.856
1.01	Ativo Circulante	124.284	109.092
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	97.211	81.046
1.01.03	Contas a Receber	20.074	19.043
1.01.03.01	Clientes	859	618
1.01.03.01.01	Concessionárias	859	618
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.215	18.425
1.01.03.02.01	Rendas a receber	19.215	18.425
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.076	4.578
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.076	4.578
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.923	4.425
1.01.08.03	Outros	4.923	4.425
1.01.08.03.01	Outros créditos	4.923	4.425
1.02	Ativo Não Circulante	1.223.279	1.253.764
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.385	483
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.385	483
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	554	483
1.02.01.09.04	Outros créditos	831	0
1.02.03	Imobilizado	1.207.598	1.228.494
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.168.997	1.192.846
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	38.601	35.648
1.02.04	Intangível	14.296	24.787
1.02.04.01	Intangíveis	14.296	24.787
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.705	11.661
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	367	459
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	224	12.667

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.347.563	1.362.856
2.01	Passivo Circulante	41.982	74.112
2.01.02	Fornecedores	2.568	5.358
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.568	5.358
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.001	9.878
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.943	9.751
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.260	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.683	9.751
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	31	44
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	27	83
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.540	10.748
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.540	10.748
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.540	10.748
2.01.05	Outras Obrigações	9.767	46.360
2.01.05.02	Outros	9.767	46.360
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.672	38.536
2.01.05.02.04	Uso do bem público	4.426	4.235
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.669	3.589
2.01.06	Provisões	11.106	1.768
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50	45
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	50	45
2.01.06.02	Outras Provisões	11.056	1.723
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	11.056	1.723
2.02	Passivo Não Circulante	149.469	148.156
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	80.326	78.874
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	80.326	78.874
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	80.326	78.874
2.02.02	Outras Obrigações	42.231	40.827
2.02.02.02	Outros	42.231	40.827
2.02.02.02.03	Uso do bem público	42.217	40.775
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	14	52
2.02.03	Tributos Diferidos	13.879	12.987
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.879	12.987
2.02.04	Provisões	13.033	15.468
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.825	7.672
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	165	80
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	671	584
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.989	7.008
2.02.04.02	Outras Provisões	4.208	7.796
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.208	7.796
2.03	Patrimônio Líquido	1.156.112	1.140.588
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	286.481	321.434
2.03.04.01	Reserva Legal	35.317	35.317

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	66.510	55.779
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	45.684
2.03.04.10	Reserva de Investimento	184.654	184.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.476	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	223	222

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.813	161.609	51.312	153.783
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.628	-38.717	-13.869	-38.472
3.02.01	Custo com energia elétrica	-351	-2.460	-1.232	-2.189
3.02.02	Custo de operação	-12.277	-36.257	-12.637	-36.283
3.03	Resultado Bruto	42.185	122.892	37.443	115.311
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.233	-23.113	-3.767	-13.155
3.04.01	Despesas com Vendas	0	0	0	16
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.210	-10.630	-3.680	-12.998
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.105	-10.328	-3.576	-12.695
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-105	-302	-104	-303
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-23	-12.483	-87	-173
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.952	99.779	33.676	102.156
3.06	Resultado Financeiro	-1.892	-16.880	-387	-12.480
3.06.01	Receitas Financeiras	2.187	5.935	1.736	4.022
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.079	-22.815	-2.123	-16.502
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.060	82.899	33.289	89.676
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.609	-32.423	-11.267	-30.217
3.08.01	Corrente	-13.405	-31.531	-5.134	-28.035
3.08.02	Diferido	796	-892	-6.133	-2.182
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.451	50.476	22.022	59.459
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.451	50.476	22.022	59.459
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04651	0,08971	0,04189	0,10680
3.99.01.02	PNR	0,00000	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,04651	0,08971	0,04189	0,10680
3.99.01.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,04651	0,08971	0,04189	0,10680

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,04651	0,08971	0,04189	0,10680
3.99.02.02	PNR	0,00000	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,04651	0,08971	0,04189	0,10680
3.99.02.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,04651	0,08971	0,04189	0,10680

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	24.451	50.476	22.022	59.459
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	1	0	1
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	1	0	1
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.451	50.477	22.022	59.460

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	110.956	111.120
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	147.120	134.054
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.899	89.676
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	0	-16
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	28.447	27.628
6.01.01.04	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	12.529	201
6.01.01.05	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10.731	8.016
6.01.01.06	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	4.630	2.470
6.01.01.07	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	88	77
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.421	593
6.01.01.09	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.162	195
6.01.01.10	Ajuste a valor presente	4.992	4.876
6.01.01.11	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-106	-379
6.01.01.12	Outros	327	717
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.164	-22.934
6.01.02.01	Concessionárias	-241	74
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-1.732	-1.168
6.01.02.03	Rendas a receber	-790	-801
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-71	-10
6.01.02.05	Outros ativos operacionais	-1.329	-565
6.01.02.06	Fornecedores	-2.790	459
6.01.02.07	Outros tributos e contribuições sociais	-5.433	-2.135
6.01.02.08	Benefícios pós-emprego	5	43
6.01.02.09	Provisões	-2.920	-1.917
6.01.02.10	Uso do bem público	-2.997	-2.887
6.01.02.11	Outros passivos operacionais	-1.285	-598
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-16.581	-13.429
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.495	-3.186
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-2.495	-3.186
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-92.296	-80.262
6.03.01	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-21.479	-18.653
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-70.817	-61.609
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.165	27.672
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.046	22.660
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	97.211	50.332

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-34.953	0	0	-34.953
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-34.953	0	0	-34.953
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.476	1	50.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.476	0	50.476
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1	1
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1	1
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	286.481	50.476	223	1.156.112

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	297.232	0	50	1.116.214
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	297.232	0	50	1.116.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.109	0	0	-26.109
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-26.109	0	0	-26.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.459	1	59.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.459	0	59.459
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1	1
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1	1
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	271.123	59.459	51	1.149.565

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	188.150	174.366
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	178.343	171.158
7.01.02	Outras Receitas	163	19
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	9.644	3.174
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	15
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.720	-19.146
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.552	-1.272
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.460	-14.853
7.02.04	Outros	-21.708	-3.021
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-1.160	-1.141
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-20.548	-1.880
7.03	Valor Adicionado Bruto	153.430	155.220
7.04	Retenções	-28.502	-27.663
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.502	-27.663
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	124.928	127.557
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.042	4.022
7.06.02	Receitas Financeiras	6.042	4.022
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	130.970	131.579
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	130.970	131.579
7.08.01	Pessoal	7.429	7.448
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.997	5.877
7.08.01.02	Benefícios	1.073	1.168
7.08.01.03	F.G.T.S.	359	403
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	50.114	47.909
7.08.02.01	Federais	49.760	47.803
7.08.02.02	Estaduais	264	38
7.08.02.03	Municipais	90	68
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.951	16.763
7.08.03.01	Juros	22.815	16.502
7.08.03.02	Aluguéis	136	261
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.476	59.459
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.476	59.459

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JULHO A SETEMBRO DE 2015 E ACUMULADO 2015 (*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		9M15	9M14	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.347.563	1.362.856	-1,1%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.156.112	1.140.588	1,4%
Dívida líquida	R\$ mil	-13.345	8.576	-255,6%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	-0,01	0,01	-253,5%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-0,06	0,05	-223,1%

RESULTADOS	Unidade	3° Trimestre		Var. %	Acumulado		Var. %
		3T15	3T14		9M15	9M14	
Receita Líquida	R\$ mil	54.813	51.312	6,8%	161.609	153.783	5,1%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-15.510	-16.358	-5,2%	-59.370	-49.230	20,6%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-351	-1.278	-72,5%	-2.460	-2.397	2,6%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	38.952	33.676	15,7%	99.779	102.156	-2,3%
EBITDA	R\$ mil	48.350	42.882	12,8%	128.226	129.784	-1,2%
Resultado financeiro	R\$ mil	-1.892	-387	388,9%	-16.880	-12.480	35,3%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	37.060	33.289	11,3%	82.899	89.676	-7,6%
Lucro líquido	R\$ mil	24.451	22.022	11,0%	50.476	59.459	-15,1%
* inclui depreciação e amortização							
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	88,21%	83,57%	-0,3 p.p.	79,34%	84,39%	-2,0 p.p.
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	44,61%	42,92%	+7,8 p.p.	31,23%	38,66%	-0,1 p.p.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 3T15, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 6,3 GWh, 15,2% menor em relação a 3T14 em função da falta de chuvas e menor disponibilidade para geração. O impacto do cenário hidrológico desfavorável também foi visto no acumulado do ano, período em que a UHE Lajeado gerou 29,1 GWh, 16,3% inferior quando comparado aos 34,8 GWh do acumulado do ano.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	3T15	3T14	var. %	9M15	9M14	var. %
Receita operacional bruta	59.319	57.108	3,9%	178.342	171.158	4,2%
(-) Deduções à receita operacional	-4.506	-5.796	-22,3%	-16.733	-17.375	-3,7%
(=) Receita operacional líquida	54.813	51.312	6,8%	161.609	153.783	5,1%
Gastos não gerenciáveis	-351,0	-1.278,0	-72,5%	-2.460,0	-2.397,0	2,6%
Energia elétrica comprada para revenda	-5	-888	-99,4%	-1.408	-1.154	22,0%
Encargos de uso da rede elétrica	-346	-344	0,6%	-1.052	-1.035	1,6%
Outros gastos não gerenciáveis	0	-46	-100,0%	0	-208	-100,0%
Margem bruta	54.462	50.034	8,8%	159.149	151.386	5,1%
Gastos gerenciáveis	-6.112	-7.152	-14,5%	-30.923	-21.602	43,1%
Pessoal	-2.503	-2.443	0,0%	-8.134	-8.219	-1,0%
Materiais e serviços de terceiros	-3.110	-4.143	27,3%	-8.858	-11.815	-25,0%
Arrendamentos e aluguéis	-44	-88	-50,0%	-128	-253	-49,4%
Provisões e contingências	-60	134	-144,8%	-192	203	-194,6%
Outros gastos gerenciáveis	-395	-612	-35,5%	-13.611	-1.518	796,6%
EBITDA	48.350	42.882	12,8%	128.226	129.784	-1,2%
Depreciação e amortização	-9.398	-9.206	2,1%	-28.447	-27.628	3,0%
Resultado financeiro	-1.892	-387	388,9%	-16.880	-12.480	35,3%
Imposto de renda e contribuição social	-12.609	-11.267	11,9%	-32.423	-30.217	7,3%
Lucro líquido	24.451	22.022	11,0%	50.476	59.459	-15,1%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 54,8 milhões no 3T15, acréscimo de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 3,5 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. No acumulado do ano, a companhia atingiu a marca de R\$ 161,6 milhões, valor superior em 5,1% em relação ao mesmo período de 2014.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram R\$ 0,3 milhões no terceiro trimestre de 2015, decréscimo de R\$ 0,9 milhões quando comparado aos R\$ 1,3 milhões no mesmo período do ano anterior. A diminuição é justificada pela menor quantidade de energia comprada no terceiro trimestre deste ano, em função da melhora do cenário hidrológico quando comparado a 2014. Na visão do acumulado, 2015 a rubrica ficou praticamente em linha com 2014, maior em apenas 2,6%.

Comentário do Desempenho

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências tiveram queda na ordem de R\$ 1,0 milhões entre os trimestres, sendo que o valor integral da variação é explicado pela rubrica de serviços de terceiros, dada a postergação de alguns serviços de operação e administrativos.

No acumulado do ano, a companhia ficou R\$ 9,3 milhões acima do mesmo período de 2014, fato explicado pelo efeito de R\$ 12,4 milhões da baixa do projeto da UHE Tupiratins na rubrica de outros gastos gerenciáveis - devido à falta de expectativa de utilização futura e de interessados para aproveitamento do projeto com registro na ANEEL, a Investco efetuou uma provisão para baixa em seu valor total de acordo com os preceitos legais do CPC 27. Além do efeito explicado, contamos com uma economia no valor de R\$ 3,0 milhões na linha de serviços devido à reparação dos geradores do sistema corona, fato que ocorreu no ano de 2014.

No terceiro trimestre de 2015 o **EBITDA** alcançou R\$ 48,4 milhões, valor 12,8% superior ao alcançado no 3T14, variação positiva devida principalmente a menor compra de energia do período. No acumulado do ano, o EBITDA ficou 1,2% abaixo em relação ao acumulado de 2014, devido aos motivos explicados anteriormente.

O **Resultado Financeiro** líquido no 3T15 foi negativo em R\$ 1,9 milhões, 388,9% superior ao 3T14. No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 16,9 milhões negativos, aumento de 35,3% frente ao mesmo período do ano anterior. No trimestre, a variação é explicada, na sua maioria, pelos seguintes fatores:

- (i) -R\$ 1,8 ajuste a valor presente do uso do bem público entre os períodos devido à diferença de IGPM em 2015 x 2014.
- (ii) -R\$ 0,3 variação monetária em moeda nacional referente ao CPC 25, pela renovação das licenças ambientais referentes a períodos anteriores e que foram contabilizadas no trimestre.

No 3T15, a Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 24,4 milhões, 11,0% superior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da queda dos Gastos Gerenciáveis e maior receita gerada. No acumulado do ano, Lucro Líquido totalizou R\$ 50,5 milhões, 15,1% inferior ao mesmo período de 2014.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	9M15	3T15	var.%	9M15	12M14	var.%
(-) Dívida bruta	-83.866	-17.419	381,46%	-83.866	-89.622	-6,42%
(+) Disponibilidades	97.211	97.211	0,00%	97.211	81.046	19,95%
(=) Dívida líquida	13.345	79.792	-83,28%	13.345	-8.576	-255,61%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 83,9 milhões em 30 de setembro de 2015, composta na sua totalidade pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificado como encargos de dívidas.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 97,2 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 13,3 milhões em 30 de setembro de 2015, decréscimo de 255,6% em relação a 31 de dezembro de 2014. Essa redução deveu-se a maior geração de caixa no período.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	30/09/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	97.211	81.046
Concessionárias		859	618
Impostos e contribuições sociais	6	2.076	4.578
Rendas a receber	5	19.215	18.425
Outros créditos		4.923	4.425
Total do Ativo Circulante		124.284	109.092
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		554	483
Outros créditos		831	483
		1.385	483
Imobilizado	9	1.207.598	1.228.494
Intangível	10	14.296	24.787
		1.221.894	1.253.281
Total do Ativo Não circulante		1.223.279	1.253.764
TOTAL DO ATIVO		1.347.563	1.362.856
PASSIVO			
	Nota	30/09/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	11	2.568	5.358
Impostos e contribuições sociais	6	15.001	9.878
Dividendos	14.2.1	2.672	38.536
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	3.540	10.748
Benefícios pós-emprego		50	45
Uso do bem público		4.426	4.235
Provisões	13	11.056	1.723
Outras contas a pagar		2.669	3.589
Total do Passivo Circulante		41.982	74.112
Não circulante			
Tributos diferidos	7	13.879	12.987
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	80.326	78.874
Benefícios pós-emprego		671	584
Uso do bem público		42.217	40.775
Provisões	13	12.362	14.884
Outras contas a pagar		14	52
Total do Passivo Não circulante		149.469	148.156
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	804.459	804.459
Reservas de capital	14.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	14.3	286.481	321.434
Outros resultados abrangentes	14.3	223	222
Lucros acumulados		50.476	50.476
Total do Patrimônio líquido		1.156.112	1.140.588
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.347.563	1.362.856

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	01/07/2015 à 30/09/2015	01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2014 à 30/09/2014
Receitas	15	54.813	51.312	161.609	153.783
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica	16				
Energia elétrica comprada para revenda		(5)	(888)	(1.408)	(1.154)
Encargos de uso da rede elétrica		(346)	(344)	(1.052)	(1.035)
		<u>(351)</u>	<u>(1.232)</u>	<u>(2.460)</u>	<u>(2.189)</u>
Custo de operação	16				
Pessoal		(1.327)	(1.414)	(4.341)	(4.361)
Materiais e serviços de terceiros		(1.595)	(2.103)	(3.611)	(4.543)
Depreciações e amortizações		(9.293)	(9.102)	(28.145)	(27.325)
Outros custos de operação		(62)	(18)	(160)	(54)
		<u>(12.277)</u>	<u>(12.637)</u>	<u>(36.257)</u>	<u>(36.283)</u>
		<u>(12.628)</u>	<u>(13.869)</u>	<u>(38.717)</u>	<u>(38.472)</u>
Lucro bruto		42.185	37.443	122.892	115.311
Despesas e Receitas operacionais	16				
Despesas com vendas					16
Despesas gerais e administrativas		(3.105)	(3.576)	(10.328)	(12.695)
Depreciações e amortizações		(105)	(104)	(302)	(303)
Outras despesas e receitas operacionais		(23)	(87)	(12.483)	(173)
		<u>(3.233)</u>	<u>(3.767)</u>	<u>(23.113)</u>	<u>(13.155)</u>
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		38.952	33.676	99.779	102.156
Resultado financeiro	17				
Receitas financeiras		2.187	1.736	5.935	4.022
Despesas financeiras		(4.079)	(2.123)	(22.815)	(16.502)
		<u>(1.892)</u>	<u>(387)</u>	<u>(16.880)</u>	<u>(12.480)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	18	37.060	33.289	82.899	89.676
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.405)	(5.134)	(31.531)	(28.035)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		796	(6.133)	(892)	(2.182)
		<u>(12.609)</u>	<u>(11.267)</u>	<u>(32.423)</u>	<u>(30.217)</u>
Resultado líquido do período		24.451	22.022	50.476	59.459
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	19				
ON		0,04651	0,04189	0,08971	0,10680
PNR				0,01223	0,01223
PNA		0,04651	0,04189	0,08971	0,10680
PNB				0,03669	0,03669
PNC		0,04651	0,04189	0,08971	0,10680

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 (Em milhares de reais)



	<u>01/07/2015 à</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 à</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2015 à</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2014 à</u> <u>30/09/2014</u>
Resultado líquido do período	24.451	22.022	50.476	59.459
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			1	1
Resultado abrangente do período	<u><u>24.451</u></u>	<u><u>22.022</u></u>	<u><u>50.477</u></u>	<u><u>59.460</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas



INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	804.459	14.473	297.232	50	-	1.116.214
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2014			(26.109)		59.459	(26.109) 59.459
Lucro líquido do período						
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego						
Saldos em 30 de setembro de 2014	804.459	14.473	271.123	51	59.459	1.149.565
Saldos em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2015			(34.953)		50.476	(34.953) 50.476
Lucro líquido do período						
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego						
Saldos em 30 de setembro de 2015	804.459	14.473	286.481	223	50.476	1.156.112

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.899	89.676
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(16)
Depreciações e amortizações	28.447	27.628
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	12.529	201
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10.731	8.016
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	4.630	2.470
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	88	77
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	1.421	593
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.162	195
Ajuste a valor presente	4.992	4.876
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(106)	(379)
Outros	327	717
	147.120	134.054
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(241)	74
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(1.732)	(1.168)
Cauções e depósitos vinculados	(71)	(10)
Rendas a receber	(790)	(801)
Outros ativos operacionais	(1.329)	(565)
	(4.163)	(2.470)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(2.790)	459
Outros tributos e contribuições sociais	(5.433)	(2.135)
Benefícios pós-emprego	5	43
Provisões	(2.920)	(1.917)
Uso do bem público	(2.997)	(2.887)
Outros passivos operacionais	(1.285)	(598)
	(15.420)	(7.035)
Caixa proveniente das atividades operacionais	127.537	124.549
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.581)	(13.429)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	110.956	111.120
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(2.495)	(3.186)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(2.495)	(3.186)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(70.817)	(61.609)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(21.479)	(18.653)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(92.296)	(80.262)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	16.165	27.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	97.211	50.332
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	81.046	22.660
	16.165	27.672

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2015	2014
Geração do valor adicionado	188.150	174.366
Receita operacional	178.343	171.158
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		15
Receita relativa à construção de ativos próprios	9.644	3.174
Outras receitas	163	19
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(34.720)	(19.146)
Custos da energia comprada	(1.552)	(1.272)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.160)	(1.141)
Materiais	(3.269)	(3.452)
Serviços de terceiros	(8.191)	(11.401)
Outros custos operacionais	(20.548)	(1.880)
Valor adicionado bruto	153.430	155.220
Retenções		
Depreciações e amortizações	(28.502)	(27.663)
Valor adicionado líquido produzido	124.928	127.557
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.042	4.022
Valor adicionado total a distribuir	130.970	131.579
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.997	5.877
Benefícios	1.073	1.168
FGTS	359	403
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	49.760	47.803
Estaduais	264	38
Municipais	90	68
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	22.815	16.502
Aluguéis	136	261
	80.494	72.120
Lucros retidos	50.476	59.459
	130.970	131.579

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado. Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no período foi de R\$2.997 (R\$2.887 em 2014).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 27 de outubro de 2015.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2014.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 2 de março de 2015. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número NE em 31/12/2014	Título da Nota explicativa	Justificativa
2.6	Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas	(a)
5	Concessionárias	(b)
10	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(b)
16	Benefício pós emprego	(b)
17	Uso do bem público	(b)
19.3.1	Ágio na emissão de ações	(a)
19.3.2	Retenção de lucros	(a)
19.3.3	Reserva de investimento	(a)
19.3.5	Outros resultados abrangentes	(a)
28	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2014.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na Nota 2.5.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às informações contábeis intermediárias nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.5); Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 20.1.3); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 13.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 13.2).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada período quanto a sua recuperabilidade, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia observar que houve indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3 Eventos significativos no período

3.1 Provisões trabalhistas - Correção IPCA-E

No dia 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade número 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os créditos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice será utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única).

Desta forma, o índice de correção das dívidas, que era a Taxa Referencial (TR), com variação de 0,86% em 2014, passa a ser o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), que ficou em 6,46% no mesmo ano.

O novo índice deve ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST.

A Companhia com base em parecer jurídico entende que essa alteração de atualização monetária, avaliada como risco de perda possível deve ser aplicada somente a partir de agosto de 2015, o montante apurado pela Companhia não é relevante (Nota 13.1.2).

3.2 Medida Provisória nº 688/2015

Conforme Medida Provisória - MP nº688, publicada em 18 de agosto de 2015, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, como o pagamento de prêmio de risco pelos geradores hidrelétricos, entre outras.

A regulamentação para a operacionalização da repactuação ainda está em Audiência Pública (AP 32/2015) aberta pela ANEEL que se encontra em sua 4ª fase e cujo prazo para envio de contribuições foi encerrado em 13 de outubro de 2015.

A MP trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Para o ACR, haverá o repasse das perdas com o GSF integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será recompensada aos geradores por meio da isenção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco proposto pela ANEEL é de 10% do preço de venda dos Contratos Regulados associados à Usina. Para o período posterior ao ressarcimento das perdas de 2015, o Prêmio de Risco proposto é de R\$ 6,90/MWh.

Para o ACL, de forma similar, haverá o pagamento de Prêmio de Risco, que será o equivalente à aquisição de Energia de Reserva do sistema. Os geradores fazem o pagamento de receita fixa por essa energia e recebem o equivalente a venda dessa energia no mercado de curto prazo. O ressarcimento das perdas com o GSF de 2015 será feita exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. Para 2016 em diante, a repactuação não isenta o gerador do custo do GSF, apenas permite mitigação de parte do risco hidrológico por meio da aquisição de nova energia de reserva que vier a ser tornada disponível ao sistema elétrico.

Para a adesão ao Acordo, a MP indica que deverá haver a desistência das ações judiciais relacionadas às perdas com o GSF.

A companhia está analisando os termos do Acordo proposto e trabalha nas Contribuições à AP com a proposição de alternativas que possam conferir estabilidade ao sistema elétrico como um todo.

Após o encerramento da Audiência Pública, haverá um período de análise pela ANEEL da contribuição dos agentes e a divulgação dos termos finais do Acordo em Reunião Pública de Diretoria da ANEEL. Findo esse rito, a proposta apresentada na 4ª fase da AP 032/2015 é a de que haverá um prazo de 15 dias para pronunciamento de cada empresa a respeito da adesão ao acordo.

A partir da competência de maio de 2015, a Companhia encontra-se protegida contra os efeitos do GSF, decorrente da Liminar descrita na Nota 11.1.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	10.626	26.271
Aplicações financeiras - renda fixa	86.585	54.775
Total	97.211	81.046

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados a taxas que variam de 90,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.

5 Rendas a receber

	30/09/2015	31/12/2014
Lajeado Energia	14.027	13.450
Paulista Lajeado Energia	1.345	1.290
CEB Lajeado	3.843	3.685
Total	19.215	18.425

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 8). É contabilizada mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

6 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 30/09/2015
Ativo - Compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social		3.874			106	16.581	(1.784)	(18.734)	43
ICMS		13							13
PIS e COFINS		-	404					(403)	1
IRRF sobre aplicações financeiras		653	1.336						1.989
Outros		38		(8)					30
Total		4.578	1.740	(8)	106	16.581	(1.784)	(19.137)	2.076
Passivo - a recolher									
Imposto de renda e contribuição social		-	31.531					(18.734)	12.797
ICMS		44	276			(289)			31
PIS e COFINS		1.559	16.604			(14.161)	(1.784)	(403)	1.815
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		40	289			(327)		83	85
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	7.777				(7.777)			-
Encargos com pessoal		375	1.821	(2)		(1.921)			273
Outros		83						(83)	-
Total		9.878	50.521	(2)	-	(24.475)	(1.784)	(19.137)	15.001

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2014 a título de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, conforme legislação, liquidado em janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, no prazo máximo de 10 anos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não Circulante		Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro	
		30/09/2015	31/12/2014	2015	2014
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa					(5)
Benefício pós-emprego		(355)	(326)	29	41
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(2.083)	(1.714)	369	193
Uso do bem público - CPC 25		(8.777)		8.777	
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.2	24.979		(24.979)	
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes		115			
Total diferenças temporárias		13.879	(2.040)	(15.804)	229
Diferenças temporárias - RTT					
Uso do bem público - CPC 25	7.1.1		(8.110)	(8.110)	24
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39			23.022	23.022	(1.960)
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)			115		
Outras					(475)
Total diferenças temporárias - RTT		-	15.027	14.912	(2.411)
Total		13.879	12.987	(892)	(2.182)

7.1.1 Diferenças Temporárias - RTT

Com o advento da Lei nº 12.973/14, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.

7.1.2 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 12).

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro					
				Ativo Circulante		Passivo Não circulante		Receltas (Despesas) Operacionais	
				30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	2015	2014
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle Comum	148,17	01/08/2002 a 15/12/2032	128	136	1271	1.301		
EDP Bandeirante	Controle Comum	148,17	01/08/2005 a 15/12/2032	14	12	120	37		
				142	148	1.391	1.338		
Rendas a receber (Nota 5)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta			14.027	13.451	114.565	109.858		
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.843	3.685	30.958	30.098		
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.345	1.289	10.986	10.534		
				19.215	18.425	156.509	150.490		
Outras contas a pagar									
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL		14	29	(194)		
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2011 a 31/12/2014			23	(191)		
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energest	Controle Comum		29/09/2011 a 28/09/2015				(159)		
				-	-	14	52		
				19.357	18.573	14	52		
						157.706	151.028		

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do *timesheet*.

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura associada à anuência prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tinha a vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada. Com a mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, em junho de 2013, o custo global e o percentual de rateio foram revisados, com conseqüente celebração do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura.

O "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia estava em andamento, desde janeiro de 2015 e foi firmado em 1º de Agosto de 2015, os novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público, após a anuência da ANEEL em 29 de Julho de 2015, conforme Despacho nº 2.430.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 21.2).

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no período findo em 30 de setembro (em R\$)

	2015						2014			
	Conselho de Administração	Proporção %	Diretoria Estatutária	Proporção %	Conselho Fiscal	Proporção %	Total	Proporção %	Total	Proporção %
Número de membros (i)	1,11(*)		2,33(**)		5,22(***)		-		-	
Remuneração fixa (em R\$)	57.214	100%	345.140	100%	98.966,00	100%	501.320	100%	434.494	100%
Salário ou pró-labore	47.678		260.339		82.472,00		390.489		341.315	
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a		11.906		n/a		11.906		n/a	
Encargos sociais	9.536		72.895		16.494,00		98.925		93.179	
Valor Total da remuneração	57.214		345.140		98.966		501.320		434.494	

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração efetivas, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$100.000,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$420.000,00, para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(***) Todos os 5 membros do Conselho Fiscal são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$150.000,00 para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(i) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº02/2015, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica e Seguro de Vida.

8.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao período findo em 30 de setembro de 2015 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1,11	2,33	5,22
Valor da maior remuneração individual	57.002	266.814	19.764
Valor da menor remuneração individual	15.202	88.938	5.271
Valor médio da remuneração individual	51.544	148.129	18.959

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que, dentre outras atribuições, define novas taxas de depreciação a serem aplicadas aos ativos passíveis de reversão à União.

No final da Concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados a concessão serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por parecer de seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

9.1 Composição do imobilizado

	30/09/2015			31/12/2014				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	692.699	(176.288)	516.411	2,00	689.038	(165.644)	523.394
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	332.885	(102.578)	230.307	3,23	332.886	(96.976)	235.910
Máquinas e equipamentos	4,53	400.920	(141.578)	259.342	4,53	400.923	(132.567)	268.356
Veículos	14,29	668	(592)	76	14,29	880	(792)	88
Móveis e utensílios	6,25	10	(1)	9	6,25	9		9
		<u>1.541.692</u>	<u>(421.037)</u>	<u>1.120.655</u>		<u>1.538.246</u>	<u>(395.979)</u>	<u>1.142.267</u>
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.329	(4.399)	3.930	3,33	8.328	(4.191)	4.137
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(28.977)	43.906	3,40	72.883	(27.127)	45.756
		<u>81.212</u>	<u>(33.376)</u>	<u>47.836</u>		<u>81.211</u>	<u>(31.318)</u>	<u>49.893</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,69	679	(410)	269	10,65	655	(347)	308
Veículos	14,29	410	(278)	132	14,29	674	(418)	256
Móveis e utensílios	6,25	395	(290)	105	6,25	396	(274)	122
		<u>1.484</u>	<u>(978)</u>	<u>506</u>		<u>1.725</u>	<u>(1.039)</u>	<u>686</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.624.388</u>	<u>(455.391)</u>	<u>1.168.997</u>		<u>1.621.182</u>	<u>(428.336)</u>	<u>1.192.846</u>
Imobilizado em curso								
Geração		37.395		37.395		34.404		34.404
Administração		1.206		1.206		1.244		1.244
Total do imobilizado em curso		<u>38.601</u>	<u>-</u>	<u>38.601</u>		<u>35.648</u>	<u>-</u>	<u>35.648</u>
Total do imobilizado		<u>1.662.989</u>	<u>(455.391)</u>	<u>1.207.598</u>		<u>1.656.830</u>	<u>(428.336)</u>	<u>1.228.494</u>

9.1.1 Futura licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compoondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$47.836 relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia acerca da realização do Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas à atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão, todavia, não houveram propostas para os respectivos ativos.

Em 9 de abril de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 018/2015 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Companhia (LOTE I). Em 14 de julho de 2015 foi aprovado o Edital do Leilão e em 26 de agosto de 2015 foi realizado o Leilão nº 01/2015-ANEEL e novamente, não houveram propostas para os respectivos ativos.

Quando houver proponente vencedor, os ativos relativos à LT 500kV Miracema-Lajeado e SE 500/230kV Lajeado deverão ser transferidos ao novo concessionário sem ônus, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Sendo assim, a Companhia não identificou indícios de redução ao valor recuperável do imobilizado a serem feitos em suas informações contábeis intermediárias findas em 30 de setembro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**9.2 Mutação do imobilizado**

Nota	Valor líquido		Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 30/09/2015
	31/12/2014	Ingressos					
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	523.394	76	3.585	(10.644)			516.411
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.047			(5.810)			234.237
Máquinas e equipamentos	314.420		24	(10.927)			303.517
Veículos	344			(74)	(62)		208
Móveis e utensílios	131			(17)			114
Total do imobilizado em serviço	1.192.846	76	3.609	(27.472)	(62)	-	1.168.997
Imobilizado em curso							
Terrenos	2.082						2.082
Reservatórios, barragens e adutoras	721	4.267	(3.585)				1.403
Edificações, obras civis e benfeitorias	256						256
Máquinas e equipamentos	12.330	1.016	(24)		(17)	1.090	14.395
Adiantamento a fornecedores	645	902				(811)	736
Depósitos Judiciais	14.305						14.305
Outros	5.309	394				(279)	5.424
Total do imobilizado em curso	35.648	6.579	(3.609)	-	(17)	-	38.601
Total do imobilizado	1.228.494	6.655	-	(27.472)	(79)	-	1.207.598

Para o período findo em 30 de setembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 30 de setembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos   recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

9.2.1 Reservatórios, barragens e adutoras

O ingresso no valor de R\$4.267 inclui R\$3.585 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO obtida em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 4 anos, conforme descrito na nota 13.2.

10 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econ micos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do intangível

Nota	30/09/2015				31/12/2014			
	Taxas anuais m�dias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais m�dias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	20,00	2.977	(447)	2.530				-
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	10.1.1	20.137	(8.962)	11.175	3,22	20.137	(8.476)	11.661
		23.114	(9.409)	13.705		20.137	(8.476)	11.661
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente								
		111	-	111		111	-	111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software								
	20,00	1.634	(1.378)	256	20,00	1.629	(1.281)	348
		1.634	(1.378)	256		1.629	(1.281)	348
Total do intangível em serviço		24.859	(10.787)	14.072		21.877	(9.757)	12.120
Intangível em curso								
Geração								
Desenvolvimento de projetos								
10.1.2				-		12.450		12.450
Outros		27		27		16		16
Administração		197		197		201		201
Total do intangível em curso		224	-	224		12.667	-	12.667
Total do intangível		25.083	(10.787)	14.296		34.544	(9.757)	24.787

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.1.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

10.1.2 Desenvolvimento de projetos

O saldo de R\$12.450 de 31 de dezembro de 2014 referia-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins.

O projeto da UHE – Tupirantins consiste na construção de uma usina à jusante da UHE Lajeado, com potência de 620 MW, área de inundação de 370 Km² e um custo estimado de R\$1,4 bilhões. O processo ambiental da UHE está parado no IBAMA, principalmente em função das dificuldades de negociação com as comunidades indígenas da região norte do Tocantins, além de resultar na remoção de 3.000 famílias.

Trata-se de empreendimento cuja área de inundação se sobrepõe à reserva indígena, o que faz com que sua construção dependa de ato do Congresso Nacional. O cenário atual aponta para grandes dificuldades na viabilização de usinas hidrelétricas que conflitam com reservas indígenas. Pode-se identificar nos recentes estudos da UHE São Luiz do Tapajós que a presença de habitações indígenas, ainda que sem uma reserva legalmente constituída, vem impedindo o licenciamento ambiental.

Tal cenário, agravado pelo decurso de tempo do projeto, contribuiu para reduzir de forma significativa a atratividade do projeto e, portanto, em 30 de junho de 2015, a Administração da Companhia concluiu pela provisão de redução ao valor recuperável do projeto, de acordo com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, visto que não há expectativa para sua realização decorrente de implantação ou venda do projeto, pois não houve até o momento indicativo dos órgãos ambientais no sentido de sua aprovação. Quando houver a aprovação ambiental do projeto a Administração da Companhia reavaliará a expectativa de sua implementação ou venda e a respectiva reversão da provisão.

10.2 Mutação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2014	Ingressos	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Amortiza- ções	Provisão de redução ao valor recuperável	Valor líquido 30/09/2015
Intangível em serviço							
Software		348		5	(97)		256
Serviço permanente		111					111
Direito de concessão - Licenças ambientais		-		2.976	(446)		2.530
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		11.661			(486)		11.175
Total do intangível em serviço		12.120	-	2.981	(1.029)	-	14.072
Intangível em curso							
Desenvolvimento de projetos	10.1.2	12.450				(12.450)	-
Outros intangíveis em curso	10.2.1	217	2.988	(2.981)			224
Total do Intangível em curso		12.667	2.988	(2.981)	-	(12.450)	224
Total do Intangível		24.787	2.988	-	(1.029)	(12.450)	14.296

10.2.1 Outros intangíveis em curso

O ingresso no valor de R\$2.988 refere-se aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO obtida em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 5 anos, conforme descrito na nota 13.2.

11 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		30/09/2015	31/12/2014
Encargos de uso da rede elétrica		154	153
Operações CCEE	11.1	611	486
Materiais e serviços		1.803	4.719
Total		2.568	5.358

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

11.1 Aplicação do Generation Scaling Factor - GSF

O montante a ser liquidado junto à CCEE de R\$611, está impactado em sua totalidade pela aplicação do GSF das competências de abril a julho de 2015. O GSF é o fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas.

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, propuseram, em 18 de junho de 2015, ação judicial visando prevenir e reparar danos que desde janeiro de 2014 as Geradoras vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, fáticas e jurídicas à vista das quais foram tomadas decisões de investimento em geração hidrelétrica e frustraram a geração das usinas hidrelétricas.

Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEEL do ajuste do MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física para o grupo de empresas representadas pela APINE até o trânsito em julgado da ação mencionada. A decisão proferida pela juíza federal da 20ª Vara Federal do Distrito Federal determinou multa diária de R\$50 à ANEEL caso a decisão não seja cumprida. Atualmente aguarda-se decisão do recurso interposto pela ANEEL em 27 de julho de 2015 contra a decisão que concedeu a liminar.

A decisão tem o condão de estancar os danos sofridos em razão dos valores do GSF, valores esses que refletem, desde o início de 2014, a circunstância da geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12	12.1	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	Finalidade	Forma de pagamento	30/09/2015				31/12/2014					
					Encargos		Principal		Encargos		Principal			
					Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total		
Moeda nacional														
		Ações preferenciais resgatáveis A, B e C		Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	3.540	43.013	37.313	83.866	10.748	43.824	35.050	89.622		
		Total			3.540	43.013	37.313	83.866	10.748	43.824	35.050	89.622		

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período**

	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 30/09/2015
Circulante						
Juros	10.748	(21.479)	10.731	3.540		3.540
	10.748	(21.479)	10.731	3.540	-	3.540
Não circulante						
Principal	35.050				2.263	37.313
Juros	43.824			(3.540)	2.729	43.013
	78.874	-	-	(3.540)	4.992	80.326

Os juros provisionados de R\$10.731 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2015, registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 17).

12.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	
Circulante	
2016	3.540
	3.540
Não circulante	
2016	4.342
2017	3.995
2018	3.675
2019	3.381
2020 até 2024	13.254
2025 até 2029	8.733
2030 até 2034	42.946
	80.326
Total	83.866

13 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1			9.654	8.588
Licenças ambientais	13.2	11.056	1.723	2.708	6.296
Total		11.056	1.723	12.362	14.884

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em processos administrativos em órgãos governamentais e ações judiciais em diversos tribunais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 30/09/2015	Depósito Judicial	
			Pagamentos	Reversões			30/09/2015	31/12/2014
Trabalhistas	80	250	(100)	(75)	10	165	482	363
Cíveis	7.008	17	(255)		1.219	7.989	31	30
Outros	1.500					1.500		
Total	8.588	267	(355)	(75)	1.229	9.654	513	393
Não circulante	8.588					9.654	513	393
Total	8.588					9.654	513	393

13.1.1.1 Cíveis**Indenizações**

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2015 é de R\$3.496 (R\$3.213 em 31 de dezembro de 2014).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2015 é de R\$4.493 (R\$3.795 em 31 de dezembro de 2014). O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 9.2).

13.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito Judicial			
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Trabalhistas	195	513	35	84
Cíveis	107.808	93.419		
Fiscais	2.804	2.391	5	5
Total	110.807	96.323	40	89

13.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se a ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 30 de setembro de 2015 de R\$106.837 (R\$92.596 em 31 de dezembro de 2014).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 30 de setembro de 2015 de R\$736 (R\$624 em 31 de dezembro de 2014).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e a Companhia aguarda intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de setembro de 2015 é de R\$142 (R\$120 em 31 de dezembro de 2014).

13.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11182/2014, válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão.

Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. Como consequência, em março de 2015 a Companhia constituiu uma provisão adicional no montante de R\$6.561, sendo que, deste montante, R\$2.976 foram registrados em contrapartida ao Intangível (Nota 10.2) e R\$3.585 no Imobilizado (Nota 9.2).

Os desembolsos de natureza ambiental durante o período de 2015 foram de R\$3.873. Deste montante, R\$2.565 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$1.308 são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças Ambientais	Saldo em	Adições	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em
	31/12/2014						30/09/2015
Circulante	1.723	3.125	(2.565)	675	8.221	(123)	11.056
Não Circulante	6.296	4.627		243	(8.221)	(237)	2.708
Total	8.019	7.752	(2.565)	918	-	(360)	13.764

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$961.794. Para fins de informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Notas 12 e 20.1.2). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houveram variações na composição do Capital social em 30 de setembro de 2015 face a 31 de dezembro de 2014. Segue a composição do Capital social:

	30/09/2015											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

14.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

14.2.1 Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do período, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 8 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com distribuição de JSCP no valor de R\$42.221, sendo R\$35.888 líquido de Imposto de renda, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e dividendos no valor de R\$34.953 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sendo que o JSCP já havia sido contabilizado no circulante em dezembro de 2014. Os respectivos dividendos e JSCP foram pagos em 17 de abril de 2015.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	31/12/2014	Constituição de Dividendos	Pagamentos	Pagamentos não realizados	30/09/2015
Lajeado Energia S.A.	26.198	25.515	(51.713)		-
CEB Lajeado S.A.	7.178	6.991	(14.169)		-
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.512	2.447	(4.959)		-
Acionistas não controladores	2.648			24	2.672
	38.536	34.953	(70.841)	24	2.672

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**14.3 Reservas**

	Nota	30/09/2015	31/12/2014
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal		35.317	35.317
Retenção de lucros		66.510	55.779
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		184.654	184.654
Dividendo adicional proposto	14.3.1		45.684
		<u>286.481</u>	<u>321.434</u>
Outros resultados abrangentes			
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		338	337
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(115)	(115)
		<u>223</u>	<u>222</u>
Total		<u>301.177</u>	<u>336.129</u>

14.3.1 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do período excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$45.684, R\$34.953 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 14.2.1) e R\$10.731 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe A e C (Nota 12.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 8 de abril de 2015.

15 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

(ii) O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias são efetuados mensalmente.

	Movimentação do Período				Acumulado no Período			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	01/07/2015 à 30/09/2015	01/07/2014 à 30/09/2014	01/07/2015 à 30/09/2015	01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2014 à 30/09/2014	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2014 à 30/09/2014
Suprimento de energia elétrica	8.836	11.148	1.381	1.682	30.495	31.904	4.717	4.703
Energia de curto prazo	792	(69)	152	1	792		248	174
	<u>9.628</u>	<u>11.079</u>	<u>1.533</u>	<u>1.683</u>	<u>31.287</u>	<u>31.904</u>	<u>4.965</u>	<u>4.877</u>
Receitas com operações de energia elétrica	<u>9.628</u>	<u>11.079</u>	<u>1.533</u>	<u>1.683</u>	<u>31.287</u>	<u>31.904</u>	<u>4.965</u>	<u>4.877</u>
Arrendamentos e aluguéis			57.646	55.277			172.935	165.829
Outras receitas operacionais			140	148			442	452
Receita operacional bruta	<u>9.628</u>	<u>11.079</u>	<u>59.319</u>	<u>57.108</u>	<u>31.287</u>	<u>31.904</u>	<u>178.342</u>	<u>171.158</u>
(-) Deduções à receita operacional			(4.506)	(5.796)			(16.733)	(17.375)
Tributos sobre a receita			(5.487)	(5.283)			(16.497)	(15.837)
PIS/COFINS			(5.487)	(5.283)			(16.497)	(15.837)
P&D			1.025	(513)			(43)	(1.538)
Outros encargos			(44)				(193)	
Receitas	<u>9.628</u>	<u>11.079</u>	<u>54.813</u>	<u>51.312</u>	<u>31.287</u>	<u>31.904</u>	<u>161.609</u>	<u>153.783</u>

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16 Gastos operacionais**

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração dos gastos operacionais estão discriminados a seguir:

(i) a energia elétrica comprada para revenda é reconhecida em conformidade com o regime de competência e registro dos contratos na CCEE;

(ii) os gastos gerenciáveis são reconhecidos com base na associação direta da receita e quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26:

	Movimentação do Período					01/07/2014 à 30/09/2014
	01/07/2015 à 30/09/2015					
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	5				5	888
Encargos de uso da rede elétrica	346				346	344
Taxa de fiscalização					-	5
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)					-	41
	351	-	-	-	351	1.278
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		1.327	1.176		2.503	2.443
Material		367	25		392	232
Serviços de terceiros		1.228	1.490		2.718	3.911
Depreciação		8.974	82		9.056	9.008
Amortização		319	23		342	198
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				60	60	(134)
Aluguéis e arrendamentos			44		44	88
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(37)	(37)	168
Outras		62	370		432	444
	-	12.277	3.210	23	15.510	16.358
Total	351	12.277	3.210	23	15.861	17.636

	Acumulado do Período					01/01/2014 à 30/09/2014
	01/01/2015 à 30/09/2015					
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda		1.408			1.408	1.154
Encargos de uso da rede elétrica		1.052			1.052	1.035
Taxa de fiscalização					-	13
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)					-	195
		2.460	-	-	2.460	2.397
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			4.341	3.793	8.134	8.219
Material			686	97	783	674
Serviços de terceiros			2.925	5.150	8.075	11.141
Depreciação			27.188	230	27.418	27.034
Amortização			957	72	1.029	594
PCLD / perdas líquidas					-	(16)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					192	(203)
Aluguéis e arrendamentos				128	128	253
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	16.1				12.291	168
Outras			160	1.160	1.320	1.366
		-	36.257	10.630	46.887	49.230
Total		2.460	36.257	10.630	46.887	51.627

16.1 Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens

O saldo desta rubrica, esta impactado pelo valor de R\$12.450, no qual refere-se a provisão de redução ao valor recuperável do projeto da UHE - Tupirantins, para maiores informações vide Nota 10.1.2.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17 Resultado financeiro

Nota	Movimentação do Período		Acumulado no Período	
	01/07/2015 à 30/09/2015	01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2014 à 30/09/2014
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e cauções	2.124	1.599	5.490	3.317
Juros e multa sobre impostos		20	106	379
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(107)		(107)	
Outras receitas financeiras	170	117	446	326
	<u>2.187</u>	<u>1.736</u>	<u>5.935</u>	<u>4.022</u>
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	12,2	1	(10.731)	(8.016)
Variações monetárias moeda nacional	(346)	63	(772)	(195)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF			(24)	(4)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	(364)	(140)	(1.229)	(796)
Ajustes a valor presente	(1.960)	(2.481)	(5.609)	(6.112)
Atualização monetária uso do bem público	(1.378)	483	(4.327)	(1.234)
Benefícios pós-emprego	(20)	(23)	(59)	(70)
Outras despesas financeiras	(11)	(26)	(64)	(75)
	<u>(4.079)</u>	<u>(2.123)</u>	<u>(22.815)</u>	<u>(16.502)</u>
	<u>(1.892)</u>	<u>(387)</u>	<u>(16.880)</u>	<u>(12.480)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

	Movimentação do Período		Acumulado no Período	
	IRPJ / CSLL		IRPJ / CSLL	
	01/07/2015 à 30/09/2015	01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2014 à 30/09/2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	37.060	33.289	82.899	89.676
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(12.600)	(11.318)	(28.186)	(30.490)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações		34	(9)	
Perdas indedutíveis			(4.232)	
Outras	(15)	12	(15)	(12)
Outros				
Ajustes na DIPJ referente período social anterior		(1)		267
Incentivos fiscais				
Outras	6	6	19	18
Despesa de IRPJ e CSLL	(12.609)	(11.267)	(32.423)	(30.217)
Alíquota Efetiva	34,0%	33,8%	39,1%	33,7%

19 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No período de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Movimentação do Período		Acumulado no Período	
	01/07/2015 à 30/09/2015	01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2014 à 30/09/2014
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:				
Ordinárias (ON)	18.708	16.848	36.083	42.955
Preferenciais Classe "R" (PNR)			3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	757	683	1.461	1.740
Preferenciais Classe "B" (PNB)			189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	4.986	4.491	9.617	11.449
	<u>24.451</u>	<u>22.022</u>	<u>50.476</u>	<u>59.459</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)				
Ordinárias (ON)	402.202	402.202	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)				
Ordinárias (ON)	0,04651	0,04189	0,08971	0,10680
Preferenciais Classe "R" (PNR)			0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,04651	0,04189	0,08971	0,10680
Preferenciais Classe "B" (PNB)			0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,04651	0,04189	0,08971	0,10680

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Movimentação do Período			Acumulado no Período		
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 19.1	Resultado por classe de ações	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 19.1	Resultado por classe de ações
2014						
Ordinárias (ON)	11.263	5.585	16.848	30.409	12.546	42.955
Preferenciais Classe "R" (PNR)	7.157	(7.157)		19.323	(16.197)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	456	227	683	1.232	508	1.740
Preferenciais Classe "B" (PNB)	144	(144)		390	(201)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.002	1.489	4.491	8.105	3.344	11.449
	22.022	-	22.022	59.459	-	59.459
2015						
Ordinárias (ON)	12.506	6.202	18.708	25.815	10.268	36.083
Preferenciais Classe "R" (PNR)	7.946	(7.946)		16.403	(13.277)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	506	251	757	1.046	415	1.461
Preferenciais Classe "B" (PNB)	160	(160)		331	(142)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.333	1.653	4.986	6.881	2.736	9.617
	24.451	-	24.451	50.476	-	50.476

19.1 Direitos das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social;

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social;

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A contratação destes instrumentos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas as condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Ativos financeiros	Nota	Categoria	Níveis	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
				Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Contábil
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	10.626	26.271	10.626	26.271
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	86.585	54.775	86.585	54.775
Concessionárias		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	859	618	859	618
Rendas a receber	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	19.215	18.425	19.215	18.425
				117.285	100.089	117.285	100.089
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	2.568	5.358	2.568	5.358
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	3.540	10.748	3.540	10.748
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.426	4.235	4.426	4.235
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	80.326	78.874	80.326	78.874
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	42.217	40.775	42.217	40.775
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	14	52	14	52
				133.091	140.042	133.091	140.042

20.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias: têm giro constante e é composto de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação.

(iii) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado, os ativos que compõem a UHE Lajeado. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período. É classificado como valor justo por meio do resultado uma vez que os contratos de arrendamento são atualizados com taxas observáveis disponíveis no mercado.

(iv) Fornecedores: referem-se, principalmente, a valores a pagar relativos a compra de materiais e serviços utilizados na manutenção da usina. Como possuem giro constante, o valor justo se equivale ao preço da transação.

(v) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), descontado a valor presente.

Nesta categoria estão constituídas as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

(vi) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de 6% a.a. implícita ao projeto, que representa o custo médio de capital na data da assinatura do contrato de concessão.

(vii) Outras contas a pagar - Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem margem de lucro.

20.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

20.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 30 de setembro de 2015 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

20.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário					
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	6.403	6.403	1.601	3.201	(1.601)	(3.201)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.872	1.872	1.872	3.744	(1.872)	(3.744)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	8.275	8.275	3.473	6.945	(3.473)	(6.945)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia, com intervalos entre: 11,00% e 14,25% a.a.

20.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia, em 30 de setembro de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias e Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de setembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.679	680	209			2.568
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				14		14
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			3.540	18.503	61.823	83.866
Uso do bem público	333	989	3.104	17.275	24.942	46.643
	2.012	1.669	6.853	35.792	86.765	133.091

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	30/09/2015			31/12/2014	
	Outubro/2015 a Setembro/2016	Outubro/2016 a Setembro/2018	Outubro/2018 a Setembro/2020	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	245	168		413	414
Materiais e serviços	27.415	14.552	1.104	43.071	30.790
	27.660	14.720	1.104	43.484	31.204

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas de indexação na data base de 30 de setembro de 2015, ou seja, não descontados a valor presente.

	30/09/2015			31/12/2014	
	Outubro/2015 a Setembro/2016	Outubro/2016 a Setembro/2018	Outubro/2018 a Setembro/2020	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	234	197		431	387
Materiais e serviços	25.214	14.570	1.151	40.935	29.559
	25.448	14.767	1.151	41.366	29.946

21.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	30/09/2015	31/12/2014
Aval de acionista	Seguro de vida	7.721	8.348
Fiança bancária	Ações judiciais	635	635
Recebíveis	Compra de energia	20.953	20.943
	Outros	50	785
		29.359	30.711

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de outubro de 2015

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base na minuta do Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e Comentário de Desempenho do período findo em 30 de setembro de 2015, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral.

São Paulo, 26 de outubro de 2015.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

CHRISTIANO CHAGAS MONTEIRO DE MELO

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JODÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 27 de outubro de 2015, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2015.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DANIEL SHEM CHENG CHEN

Diretor Jurídico

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Administrativa e Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 27 de outubro de 2015, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2015, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DANIEL SHEM CHENG CHEN

Diretor Jurídico

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Administrativa e Financeira